

**O TESTEMUNHO COMO UM FATO DISCURSIVO:  
OS CIRCUITOS DE PRODUÇÃO DA OBRA *INFÂNCIA ROUBADA, CRIANÇAS  
ATINGIDAS PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL***

**THE TESTIMONY AS A DISCURSIVE FACT:  
THE PRODUCTION CIRCUITS OF THE BOOK *INFÂNCIA ROUBADA, CRIANÇAS  
ATINGIDAS PELA DITADURA MILITAR NO BRAZIL***

**Jacqueline Aparecida Nogueira<sup>1</sup>**

**Resumo:** Esse trabalho explora os circuitos de produção do livro *Infância Roubada Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014) à luz dos estudos discursivos. Para tal, descrevemos a obra em termos de troca comunicativa, principalmente, com base nos estudos interativos de Bakhtin (2009) e na Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2012, 2012a), no que concerne à natureza social do processo interativo. As discussões realizadas possibilitaram o vislumbre das várias vozes que constituem a obra, incluindo as vozes de seus organizadores, produtores e colaboradores. Ademais, refletimos sobre a força do testemunho enquanto gênero no processo de reconstrução histórica.

**Palavras-chave:** testemunho; ditadura militar; interação.

**Abstract:** This paper explores the production circuits of the book *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014). For that, we describe the work in terms of communicative exchange, mainly based on the interactive studies of Bakhtin (2009) and the Semiolinguistic Theory of Charaudeau (2012, 2012a), relative to the social nature of the interactive process. The discussions made possible the glimpse of the various voices that constitute the text, including the voices of their organizers, producers and collaborators. In addition, we reflect on the strength of testimony as a gender in the process of historical reconstruction.

**Keywords:** testimony; military dictatorship; interaction.

### **Considerações iniciais**

Ao dissertar a respeito da interação verbal, Bakhtin (2009) atesta a sua natureza social, pois evidencia que o traço contextual influencia diretamente a estrutura da enunciação. Decerto, a palavra dirigida na enunciação variará em função de determinados fatores sociais, como o grupo ao qual os interlocutores pertencem e a posição que ocupam na hierarquia social. No seio da relação

---

<sup>1</sup> Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João Del-Rei. E-mail: jaqueline.ufla@gmail.com

interativa, a palavra figura como o produto da interação entre um locutor e um ouvinte, demarcando entre eles um território comum, cujo pertencimento é mútuo: “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”. (BAKHTIN, 2009, p.117). Para o filósofo, toda enunciação é socialmente dirigida e determinada pelos participantes do ato de fala explícitos ou implícitos, em uma situação precisa que cede forma à enunciação. O autor afirma que cada época possui um horizonte social bastante definido e estabelecido, determinante da criação ideológica dos grupos, como exemplo, o autor cita o horizonte contemporâneo da literatura, ciência, moral e direito. Assim, a estrutura da enunciação é influenciada, tanto pela situação social mais imediata, quanto pelo meio social mais amplo. Nas palavras do autor: “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 2009, p.117).

Visando apreciar as condições concretas de realização da obra *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014), investigamos os seus circuitos de comunicação mais imediatos e a sua existência história enquanto integrante da literatura contemporânea. Segundo Bakhtin (2009, p. 128), “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta”. Para concretizar tais investigações, apoiamo-nos nas noções de situação e contrato da TS de Patrick Charaudeau (2012a, 2012). Segundo o linguista, a situação de comunicação “constitui o enquadre ao mesmo tempo *físico e mental* no qual se encontram os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma *identidade* (PSICOLÓGICA E SOCIAL) e ligados por um *contrato de comunicação*”. (CHARAUDEAU, 2012, p.68, itálico e caixa alta do autor).

Quanto à noção de contrato defendida pelo autor, esta parte do princípio de que os sujeitos que partilham um mesmo corpo de práticas sociais podem chegar a um consenso acerca das representações linguageiras de tais práticas. Como um palco, a situação de comunicação impõe restrições que norteiam as trocas comunicativas. Ao produzir um ato de linguagem, o emissor pode supor que o seu interlocutor ou leitor tem consciência das restrições da situação na qual se encontram. Charaudeau (2012a, p. 68) afirma que o “necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência”.

Considerada a situação de comunicação como um ambiente físico e social em que as condições da realização do ato comunicativo se constituem, podemos vislumbrá-la como um espaço de troca entre interlocutores, no qual o sujeito falante ocupa o centro em relação a um interlocutor. Para Charaudeau (2012), esse espaço de troca é constituído por componentes específicos, relativos a características físicas dos parceiros e do canal de transmissão, da identidade dos parceiros, e pelo contrato. Segundo Charaudeau (2012), esses parceiros podem estar presentes fisicamente ou não, ser únicos ou múltiplos e podem ainda estar próximos ou afastados uns dos outros. Já o canal de transmissão, pode ser oral ou gráfico, direto ou indireto, ou utilizar outro símbolo semiológico, como imagens, grafismos, sinais ou gestos. No que concernem às características identitárias, o linguista categoriza dados relativos a particularidades sociais, socioprofissionais, psicológicas e relacionais dos parceiros. Sobre as características contratuais, Charaudeau (2012) diferencia o espaço comunicativo em *troca* e *não troca*, o que implica respectivamente em uma situação de comunicação monologal ou dialogal. Quanto ao tipo do contrato estabelecido, cada qual integra determinados rituais de abordagem que implicam em restrições, obrigações ou condições de contato com o interlocutor. O autor evidencia ainda, os papéis comunicativos assumidos pelos interlocutores em decorrência do contrato estabelecido.

Assim, empregamos a TS de Charaudeau (2012) visando delinear o enquadre físico e social em que o livro sob análise foi produzido. Neste sentido, identificamos duas situações distintas: a primeira analisada, nomeada *Circuito de comunicação I*, refere-se ao *Seminário Infância e Verdade* onde os testemunhos foram enunciados pela primeira vez; e a segunda, nomeada *Circuito de comunicação II*, referindo-se à produção do livro.

Antes de iniciarmos as reflexões sobre os circuitos de comunicação I e II, verificamos o contrato estabelecido por meio do gênero discursivo empregado na obra. A antecipação na análise do contrato de comunicação foi necessária, pois o delineamento da situação de comunicação considera os dados contratuais. No tocante à discussão sobre o gênero discursivo, procuramos discutir a respeito de suas formas e seus usos sociais, principalmente a partir do trabalho de Randall (2002). Especificamente, os estudos de Randall delimitam as formas do chamado *testimonio em si e para si* de maneira bastante prescritiva, o que nos serviu como guia para a identificação de determinadas características genéricas do livro analisado. Ademais, o trabalho de Dutilleux (2011),

entre outras contribuições, nos apresenta uma perspectiva histórica dos testemunhos, pois compara importantes manifestações desse gênero na América Latina.

### **1. As relações entre o contrato de comunicação e o gênero discursivo**

Segundo Bakhtin, os tipos estáveis de enunciados produzidos pelas diferentes esferas sociais da comunicação humana possuem riqueza e diversidade infinitas, pois as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e multiformes, “e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se complexifica um determinado campo”. (BAKHTIN, 2011 p. 262). O autor salienta a grande heterogeneidade dos gêneros do discurso, de maneira que não seria possível estabelecer um plano único para o seu estudo.

Inferimos que a forma genérica empregada na construção do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014), a qual constatamos como similar à forma do *testimonio* latinoamericano, representa uma autorização para que uma minoria exponha a sua versão a respeito de situações de abusos vivenciadas no passado, ou ainda sobre situações de subversão desses grupos frente a esses abusos. Essa suposta autorização para falar, estaria ancorada na legalidade e balizada no valor da experiência do vivido. Embora outras manifestações consideradas testemunhos não tenham se baseado explicitamente na legalidade, o livro sob análise na presente pesquisa foi produzido a partir da instituição da resolução ALESP n° 879, de 10/02/2012,<sup>2</sup> que criou a Comissão da Verdade Rubens Paiva (doravante CVRP) para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade. Assim, o livro seria um fruto da esfera política por ter sido concretizado por meio das ações de um órgão governamental e em virtude de seu objetivo de explicitar o passado vivenciado pelos depoentes ao restante da população, sem a pretensão de levar os acusados ao tribunal propriamente dito.

Segundo Dutilleux (2011), os debates acerca da literatura testemunhal enquanto gênero encontraram o seu apogeu na América Latina, a partir da narrativa *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (1982-83) de Elizabeth Burgos, livro vencedor do prêmio da revista *Casa de Las Américas* na categoria estreante, *testimonio latino-americano*. Para o pesquisador, o

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/resolucao.alesp-879-10.02.2012.html>> Acesso em: 01 de outubro de 2015.

*testimonio* enquanto gênero encontrou sua legitimação justamente a partir dessa premiação. Em suas palavras: “É óbvio que a Casa não “criou” um gênero, como podemos ler em apresentação não assinada, mas ela o legitimou e lhe deu um novo marco de referência” (DUTILLEUX, 2011, p. 45). Todavia, apesar dessa suposta legitimidade, as discussões em torno do assunto ainda são controversas. Para o autor, não existe um gênero testemunhal em si, mas diversos dispositivos que possibilitam identificar o caráter testemunhal em narrativas.

A partir de bases foucaultianas, Dutilleux (2011) comparou três obras em sua pesquisa sobre as passagens de testemunhos na América Latina. Observamos a partir de seu trabalho que a biografia de Rigoberta Menchú foi produzida por meio da técnica da entrevista. Na ocasião, a testemunhante verbalizou as suas memórias para dois intelectuais, os quais foram responsáveis por transcrevê-las e publicá-las. De modo diverso, o livro *Pasajes de una guerra revolucionária* (1963) foi editado a partir de uma série de artigos de autoria de Ernesto Che Guevara. E o terceiro título comparado pelo autor, *Nunca más, o relatório da Conadep* (1984), foi produzido por meio de uma investigação, realizada pela *Comisión Nacionale de las Personas Desaparecidas* (CONADEP), a qual ouviu mais de trinta mil testemunhos de parentes de desaparecidos e sobreviventes da ditadura argentina. Segundo o autor, as investigações realizadas pela CONADEP na Argentina serviram como modelo para os trabalhos empreendidos por outros países da América Latina, inclusive no Brasil. Verificamos que as três obras enfocadas por Dutilleux (2011) apresentam consideráveis diferenças entre si, fato que aponta o caráter diversificado do gênero testemunho. Por outro lado, notamos a similaridade entre as investigações realizadas pela CONADEP na Argentina e as investigações realizadas pela CVRP.

Apesar de o Brasil ter produzido o título *Brasil, nunca mais* no ano de 1986, as investigações foram realizadas de forma diferente, se comparadas a todos os outros países que produziram os seus relatórios sobre a atuação da ditadura a partir de testemunhos das vozes das classes oprimidas. Segundo Dutilleux (2011), esse título brasileiro foi produzido através de uma investigação sigilosa, na qual um grupo de ativistas dos Direitos Humanos, coordenado por Dom Evaristo Arns, juntou documentos oficiais para reconstruir a história do país no período. Assim, a feitura do livro sob análise nessa pesquisa representa a quebra de um silêncio em relação à violência praticada pela ditadura militar contra famílias de indivíduos que se opuseram ao regime. Quando falamos em quebra de um silêncio, nos referimos justamente ao atraso do país em executar uma

investigação sobre as ações criminosas realizadas pelo regime com base no ponto de vista dos grupos oprimidos.

Na perspectiva de Yúdice (2002), o termo testemunho se refere a diversos tipos de discursos relativos tanto à história oral e popular, quanto a textos literários. Assim, pode ser usado para se referir às crônicas da conquista e colonização, aos relatos vinculados a lutas sociais e militares e a textos documentais que tratam da vida de indivíduos de classes populares relacionados a lutas de importância histórica. Em sua discussão, o autor destaca ainda a missão do escritor de testemunhos de trazer à tona histórias reprimidas por versões dominantes, colaborando assim com a articulação da memória coletiva.

Refletindo acerca do *testimonio* latinoamericano, Randall (2002, p. 35) evidencia que uma investigação etimológica da palavra envereda para a literatura jurídica e não para a artística. A autora retrata que as obras as quais chamamos *testimonios* diferenciam-se tanto do julgamento, quanto da narrativa histórica e da autobiografia, além de possuírem evidentes relações com o jornalismo, a reportagem e a crônica. Logo, reconhecemos um caminho que indica possíveis processos de hibridização. Este indício pode ser observado também na diversidade existente entre os títulos analisados por Dutilleux (2011). Para a autora, existe uma estreita ligação entre o testemunho e a história, figurando o primeiro como uma forma de escrever a verdadeira história de nosso tempo perante práticas hegemônicas que distorcem a história em favor das classes dominantes. Assim, através do percurso natural, a grande massa experimentadora da história não poderia elaborá-la de maneira legitimada a não ser através da língua falada. Neste sentido, o testemunho enquanto gênero figuraria como um meio de elevar o saber popular à legitimação. Com base em Graziela Pogolotti (1978), Randall (2002, p. 33-34) caracteriza o autor do testemunho “como um escritor herdeiro de tradição literária que escolhe o seu informante, monta, ordena os materiais colhidos, de acordo com um plano bem definido”. Esse trabalho normalmente poderia ser realizado através da colaboração entre um indivíduo letrado e um membro da comunidade experimentador de um fato. Nesse modelo, o indivíduo letrado colheria as informações do membro da sociedade e as transcreveria para um suporte específico com atenção à sua qualidade estética. No entanto, no caso do livro sob análise, essa relação colaborativa ocorreu de forma diversa no que concerne à transcrição dos relatos, pois os testemunhantes são todos indivíduos letrados e, na maioria dos casos, bem posicionados socialmente.

Sobre as marcas textuais que apontam para a autoria do livro sob análise, observamos que acima de cada testemunho o nome do testemunhante que o verbalizou foi reproduzido, enquanto na ficha catalográfica a autoria foi atribuída à ALESP – CVRP. Considerando tais marcas, observamos que o livro expôs relatos a partir de diversos olhares particulares que constituem uma memória coletiva, a qual foi responsabilizada pelos órgãos supracitados. Evidenciamos que os últimos também ofertaram as suas vozes à produção. Esse tipo de autoria colaborativa suscita, junto ao sujeito leitor, uma espécie de legitimidade sobre os ditos apresentados, visto que a natureza dos órgãos referidos é pública e legal. Em tese, o produto de seu trabalho objetiva o bem comum da população. Consequentemente, o fato de o país realizar investigações através da recolha de testemunhos de classes oprimidas denota o seu posicionamento democrático frente à sua população interna e à comunidade internacional.

Segundo Randall (2002, p.34-35), por tratar-se de um gênero relativamente novo, é necessário não ser demasiadamente excludente para definir o *testimonio*. A autora diferencia duas categorias, o *testimonio en sí* do *testimonio para sí*. Nesses moldes, inclui na primeira categoria toda a literatura testemunhal, como novelas, obras de teatro, poesias, discursos políticos, documentos cinematográficos e coleções de fotografias. Já para ilustrar a segunda categoria, de *testimonio para si*, a qual trata o testemunho enquanto gênero, a autora prescreve alguns de seus elementos, os quais em sua maioria, classificamos condizentes com o material sob analisado:

- El uso de las fuentes directas;
- La entrega de una historia, no a través de las generalizaciones que caracterizaban a los textos convencionales, sino a través de las particularidades de la voz o las voces del pueblo protagonista de un hecho;
- La inmediatez (un informante relata un hecho que ha vivido, un sobreviviente nos entrega una experiencia que nadie más nos puede ofrecer, etc.);
- El uso de material secundario (una introducción, otras entrevistas de apoyo, documentos, material gráfico, cronologías y materiales adicionales que ayudan a conformar un cuadro vivo);
- Una alta calidad estética (RANDALL, 2002, p. 35).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>"- O uso das fontes diretas; - A entrega de uma história, não através das generalizações que caracterizavam aos textos convencionais, sim através das particularidades da voz ou das vozes do povo protagonista de um feito; - A urgência (um informante relata um feito que viveu, um sobrevivente nos entrega uma experiência que ninguém mais pode nos oferecer, etc.); - O uso de material secundário (uma introdução, outras entrevistas de apoio, documentos, material gráfico, cronologias e materiais adicionais que ajudam a conformar um quadro vivo); - Uma alta qualidade estética (RANDALL, 2002, p. 35)".

Partindo dos elementos delineados por Randall (2002), observamos que a construção do livro sob análise apoiou-se em fontes diretas, as quais estiveram presentes no *Seminário Verdade e Infância Roubada* ou enviaram os seus textos por escrito para serem lidos na ocasião. Muitos dos dizeres materializados no livro foram, inclusive, marcados dialogicamente para expor explicitamente as várias vozes que o constituíram. Esse tipo de estratégia materializada nos produtos das investigações realizadas pode suscitar frente à população a natureza plural e democrática que as nortearam. Reiteramos que a proposta do livro sob análise é materializar a experiência de indivíduos que vivenciaram a ditadura militar através de suas experiências diretas, concluindo assim, denúncias contra abusos cometidos no passado. Decerto, a sua função social de dar voz às minorias é preponderante. Não obstante o fato de que o livro foi produzido cinquenta anos após o golpe que instaurou a ditadura no Brasil, os testemunhos figuram como denúncias que podem servir de alerta para gerações futuras. Neste sentido, a experiência do vivido denota credibilidade ao sujeito locutor perante o leitor, que pode colocar-se na posição de seu confidente. Desta forma de contrato, vislumbramos a relação do testemunho com a autobiografia.

Sobre a utilização de material secundário na elaboração do livro, constatamos a reprodução de documentos, fotografias, textos jornalísticos e cartas, entre outros. Esse apoio documental representa uma ancoragem histórica, contribuindo também para agregar credibilidade ao material exposto ao leitor. Assim, o material secundário pode ser tomado como prova de que os relatos contados no livro dizem respeito à realidade. A utilização desse material secundário está associada também ao tratamento estético conferido ao livro. O acervo iconográfico teve papel relevante na organização precisa do *layout* do livro, a exemplo da utilização de imagens das crianças como um elemento da parte textual. Ademais, muitas das marcas de oralidade foram amenizadas na transcrição dos testemunhos para o livro, como observaremos com mais cuidado na sessão seguinte. Estes detalhes são responsáveis por apresentar ao leitor um material condizente com o universo literário. Detalhes do *layout* podem interferir nos possíveis interpretativos a serem construídos pelo leitor, a exemplo da nomeação dos elementos de apoio, a qual foi realizada por meio de nomes de família. Este tipo de nomeação sugere ao leitor referências culturais, suscitando o tipo de cenário ao qual eles devem ser relacionados.

Randall (2002, p.35) sinaliza que, geralmente, há uma proeminência da técnica da entrevista dentro do gênero em questão. Nesse sentido, os testemunhos sob análise também divergem, pois

foram elaborados a partir de um tema comum e enunciados em um seminário onde o testemunhante possuía maior liberdade para construir os seus dizeres, o que condiz com a capacidade verbal dos informantes. Formato que também permite denotar maior fidelidade ao texto transcrito do que na entrevista, na qual a mediação é realizada de maneira mais intensa. O fato de os testemunhos terem sido enunciados inicialmente em um seminário é referido diversas vezes no livro, como na página capitular, por exemplo. Essa referência oferece uma ancoragem aos ditos, além de expor mais uma vez ao leitor o valor legal das investigações.

Após destacarmos o diálogo possível mantido entre o gênero discursivo empregado e o contrato proposto pelo livro, reconhecemos que as particularidades do testemunho possibilitam ao sujeito que dele faz uso, agir com maior legitimidade frente ao leitor em sua tarefa de trazer à tona versões silenciadas ou distorcidas na história por classes dominantes, pois os fatos revelados lhe são apresentados como "verdades", devido à caracterização do informante como um sobrevivente de uma situação real, comprovada documentalmente. De outro lado, cabe ao leitor aceitar ou não esse tipo de contrato proposto.

## **2. Circuito de comunicação I - Seminário Verdade e Infância Roubada**

Como ora destacado, os testemunhos constituintes do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014) foram enunciados inicialmente no *Seminário Verdade e Infância Roubada*, do ano de 2013. Tomamos o referido seminário como o contexto inicial de enunciação da comunicação verbal analisada, o qual teve como cenário a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e como finalidade “ouvir os testemunhos sobre o que eles e seus pais sofreram - ou o vazio decorrente do esquecimento desses eventos traumáticos”, como foi afirmado em nota pela assessoria da CVRP em 03 de maio de 2013.<sup>4</sup> Balizados pelo aporte da TS de Charaudeau (2012), primamos por examinar esse contexto inicial de enunciação dos testemunhos constituintes do livro. Sob esse propósito, refletimos sobre a organização do ambiente e acerca de algumas das estratégias discursivas mobilizadas na troca comunicativa, as características identitárias e relacionais dos parceiros, os modos de transmissão por eles empregados e também sobre seus comportamentos enunciativos.

---

<sup>4</sup> Disponível em < <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=334823> > Acesso em 01 out 2015.

Como fonte de dados a respeito desse primeiro circuito de comunicação, utilizamos o relatório da 40ª Audiência Pública da CVRP - *Seminário Verdade e Infância Roubada*, redigido pela BK Consultoria e Serviços Ltda.<sup>5</sup> Como complemento, para verificarmos a disposição física em que se encontravam os interlocutores presentes no ato comunicativo em questão, utilizamos também a gravação em vídeo da referida audiência realizada no dia 10 de maio de 2013, disponibilizada através da *Internet*.<sup>6</sup> De acordo com o cronograma exposto a seguir, as sessões do *Seminário Verdade e Infância Roubada* foram divididas em dois horários: de dez às treze horas e de quatorze às dezoito horas.

Figura 1 – Cronograma do Seminário Verdade e Infância Roubada

DIA		10h às 13h	14h às 18h
6/mai	2º-feira	Rosana Momente Paulo Fonteles Célia Coqueiro	Cecília Capistrano Irineu Seixas Clovis Petit
7/mai	3º-feira	Pedro Pomar Carlos Alberto José de Carvalho Ernesto Devanir José de Carvalho	Carmen Nakasu Tessa de Moura Lacerda João Paulo Ramos João Paulo Wright
8/mai	4º-feira	Nádia Nascimento (sofreu aborto sob tortura) Ernesto Carlos Nascimento Zuleide Aparecida do Nascimento Luis Carlos Max do Nascimento Samuel Dias de Oliveira	Edson Luis de Almeida Teles Janaína de Almeida Teles João Carlos Schmidt de Almeida Grabois Igor Grabois
9/mai	5º-feira	Vladimir Gomes da Silva Virgílio Gomes da Silva Isabel Maria Gomes da Silva Gregório Gomes da Silva	Camila Sipahi Paulo Sipahi Eliana Paiva Darcy Andozia (mãe de Carlinhos) Lenira Machado (mãe de Aritanã)
10/mai	6º-feira	Priscila Arantes André Arantes Iara Lobo	Marta Nehring Telma Lucena Adilson Lucena Denise Lucena Nasaindy Barrett de Araújo

Fonte: Página Virtual da ALESP<sup>7</sup>.

Segundo o relatório da 40ª Audiência Pública da CVRP - *Seminário Verdade e Infância Roubada*, a sessão do dia 10 de março de 2013 foi presidida pelo Deputado Estadual Adriano Diogo e assessorada por Thais Barreto, Maria Amélia de Almeida Teles, Ivan Seixas e Vivian Mendes. Na ocasião, estiveram presentes os seguintes testemunhantes no horário matutino: Priscila Almeida Cunha Arantes, André Almeida Cunha Arantes, Iara Lobo de Figueiredo, Raquel Rosalen e Dora Augusta Rodrigues Mukudai. E no horário vespertino estiveram presentes: Marta Neli (Marta

<sup>5</sup> Prestadora privada brasileira de consultoria e serviços em gestão corporativa.

<sup>6</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Bg-WCVwPG4Y>> Acesso em 11 de fev 2016.

<sup>7</sup> Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=334823>>. Acesso em 25 de fev. 2016.

Nehring), Adilson Lucena, Damaris Oliveira Lucena, Denise Oliveira Lucena, Ñasaindy Barrett de Araújo e Angela Telma Oliveira Lucena.<sup>8</sup>

No horário matutino, a apresentação foi dirigida pelo referido presidente, o qual iniciou formalmente a sessão e logo abriu espaço para a leitura de um texto introdutório intitulado *Verdade e Infância Roubada*. Thaís Barreto, uma das assessoras da CVRP presentes, realizou a leitura do texto introdutório que efetivou um esclarecimento aos ouvintes acerca do assunto que seria discutido no evento. Essa leitura funcionou como um parâmetro temático a ser seguido pelos testemunhantes em suas enunciações e também como um parâmetro interpretativo para o público ouvinte, o qual pode ter delineado um universo de expectativa em relação aos testemunhos que seriam enunciados. Reproduzimos abaixo um excerto do texto referido:

*Crianças* foram sequestradas e escondidas nos centros clandestinos da repressão política. Foram arrancadas do convívio com seus pais e suas famílias. Foram enquadradas como elementos subversivos pelos órgãos de repressão e banidas do país. Foram obrigadas a ficar em orfanatos, morar com parentes distantes, a viver com identidade falsa, na clandestinidade, impedidas de conviver, crescer e conhecer o nome dos seus pais [...] *Crianças* que não tiveram contato direto com os agentes da repressão, mas seus familiares foram atingidos, o que causou a elas sentimento de dor, de perda, de medo e humilhação. A ditadura não poupou as *crianças*. Sacrificou-as como forma de ampliar e perpetuar os efeitos das torturas a elas próprias e a seus pais (BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, 2013, p.1, itálico nosso).

Observamos no texto introdutório que o enunciador contou a respeito de episódios vivenciados pelos filhos de militantes sem demonstrar explicitamente as suas apreciações individuais, pois a sua ação de contar foi concretizada através do uso de asserções diretas e objetivas. A enumeração consecutiva de fatos realizada no texto reforçou as ideias propostas pelo enunciador e ao mesmo tempo criou um efeito de objetividade. Por esses meios, o enunciador promoveu a reverberação de um ponto de vista objetivo sobre a trajetória de vida dos testemunhantes. Vislumbramos ainda que, nesse texto introdutório, os filhos dos militantes foram referenciados como crianças, da mesma maneira com que o título da obra os identificou. Decerto, esta forma de identificação indicou o enquadre temporal ao qual os fatos narrados deveriam ser reportados, ou seja, o contexto da ditadura.

---

<sup>8</sup> Evidenciamos que a testemunhante Angela Telma Oliveira Lucena foi referida no relatório produzido pela BK CONSULTORIA LTDA (2013) de duas maneiras: Telma Lucena e Angela Telma Oliveira Lucena.

Antes dos testemunhantes iniciarem efetivamente a enunciação de suas memórias, os assessores expuseram aos ouvintes um texto biográfico e uma fotografia de infância dos irmãos Priscila e André Almeida Cunha Arantes. Na sequência, o assessor Ivan Seixas leu o testemunho enviado por Rita de Cássia Resende, uma das filhas de militantes que não pôde comparecer ao seminário por motivos pessoais. Além de um testemunho, Rita de Cássia Resende enviou fotografias de infância e uma carta que recebeu de seu pai no período autoritário, quando ele se encontrava preso. Essas evidências documentais foram expostas ao público presente através de uma tela de projeção de imagens. Após os ocorridos descritos, os irmãos Arantes e os demais testemunhantes presentes enunciaram as suas memórias ao público ouvinte.

O principal canal de comunicação empregado pelos locutores no *Seminário Verdade e Infância Roubada* foi o oral e direto. Muitos dos testemunhantes realizaram as suas enunciações com base na leitura de um texto previamente escrito, intercalando momentos de leitura, de fala oral livre e de diálogo. Para Charaudeau (2012), as situações dialogal e monologal podem alternar-se na situação de comunicação. Outros símbolos semiológicos também foram utilizados, como fotografias de infância e outros documentos, como uma carta enviada por Rita de Cássia, por exemplo. De maneira similar à estratégia empregada por meio da leitura do texto introdutório, a exposição do material secundário ao público ouvinte funcionou como um instrumento delimitador do enquadre temporal base ao qual os ditos deveriam ser reportados e também fomentou a delineação de uma imagem infantil dos sujeitos enunciadorees.

Outrossim, a exposição do material secundário também contribuiu para a credibilidade do *status* dos sujeitos enunciadorees enquanto experienciadores de um fato do mundo. O uso da imagem fotográfica pode ser associado ao fornecimento de provas relativas à informação relatada. No meio jornalístico, por exemplo, este recurso é recorrentemente utilizado para conferir credibilidade aos fatos narrados, principalmente quando são informações atestadas por terceiros. Para Charaudeau, o fornecimento de provas constitui uma forma de atestar a veracidade de um saber informado. Portanto, podemos considerar o emprego das imagens como um procedimento nomeado *designação identificadora*, que, nas palavras do linguista, “consiste em exibir as provas de que o fato realmente existiu”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 153).

Durante o seminário, os parceiros da troca comunicativa encontravam-se presentes fisicamente no ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Auditório Teotônio

Vilela. Tanto a mesa composta por testemunhantes e organizadores do seminário, quanto os interlocutores ouvintes, interagem sem a necessidade de uma mediação secundária, com exceção da testemunhante Rita de Cássia Resende, ausência que representa uma exceção em relação à organização proposta para o evento. Geralmente, em um seminário, o apresentador ou os apresentadores ocupam uma posição de destaque em relação ao público ouvinte, o qual pode participar através de perguntas ou comentários ao final das apresentações. Nesse sentido, as formas de interação concretizadas durante o *Seminário Verdade e Infância Roubada* propiciaram a participação ativa de diversos indivíduos presentes.

O grupo de participantes apresentadores, composto pelo presidente da sessão e pelos testemunhantes, assentou-se em uma bancada circular em frente ao público ouvinte. Por se encontrarem nesse posicionamento físico e por serem os detentores da palavra no evento, ocupavam uma posição de poder em relação aos demais. Esse grupo assentado na bancada circular interagiu de maneira mais efetiva entre si, ou seja, através do diálogo face a face, principalmente devido às intervenções do presidente durante as apresentações dos testemunhantes. Todavia, os apresentadores também interagiram com o público ouvinte. Essa tomada da palavra pelo público ouvinte foi legitimada através do convite de um dos apresentadores ou a partir do consentimento do presidente ou dos organizadores da sessão.

No caso determinado da apresentação do dia 10 de maio de 2013, militantes que foram referenciados nos testemunhos também estavam presentes e atuaram na cena enunciativa conferindo confirmação aos dizeres dos testemunhantes. Reproduzimos a seguir um quadro, no qual consta um exemplo dos diálogos travados pelos apresentadores na bancada circular entre si e com o público ouvinte, além da participação do público ouvinte por intermédio de um comentário, como consta no relatório supracitado, produzido pela BK Consultoria e Serviços Ltda.:

Quadro 1 - Diálogos Seminário Verdade e Infância Roubada

<b>Diálogo</b>	<b>Comentário</b>
— O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quanto tempo seu pai ficou preso?	— A SRA. CRISTIANA PRADEL – Eu queria dar parabéns para todos vocês da Comissão, os assessores e tudo, porque assim, não é fácil falar da infância, porque quando a gente fala da infância a gente lembra da nossa infância, e na infância somos muito vulneráveis, muito difícil ser... Esse negócio que infância é feliz não é verdade. A infância é um período muito difícil na nossa vida. Então eu quero dar parabéns para a Comissão, para os assessores,
— O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES – Ficou preso dois anos e oito. Dois anos e oito, pai? É.	
— O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Vocês foram todos os fins de semana?	

— A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES – Sim.	por vocês terem coragem de mexer nesse assunto por uma semana. Eu fiquei aqui o máximo de tempo que eu pude e imagino o que é o trabalho de vocês no dia a dia. Então é isso que eu queria dizer. Achei muito importante, muito corajoso, e está todo mundo de parabéns. É isso.
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base em BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA (2013. p.19).

Como podemos observar no Quadro 1, o presidente da sessão direcionou perguntas diretas a um dos apresentadores, o qual consultou um dos militantes referenciados presentes (seu pai) sobre a resposta. Além disto, um dos ouvintes verbalizou um comentário sobre as apresentações. Consideramos que todas essas presenças influenciam o ambiente da cena enunciativa. Nesse sentido, evidenciamos que os apresentadores foram influenciados pela presença dos outros apresentadores que também estavam assentados na bancada circular ou no auditório, aguardando a vez para iniciar os seus relatos e também pela presença dos militantes e amigos no auditório, com os quais partilham uma posição ideológica específica, tratando-se do propósito de denunciar as ações da ditadura e assim promover um embate político-ideológico no cenário social.

As relações afetivas e ideológicas entre os participantes da cena foram materializadas em diversos momentos do seminário. Esses indícios apontam para as características identitárias dos parceiros da troca que, de acordo com Charaudeau (2012), referem-se a dados sociais, socioprofissionais, psicológicos e relacionais. Observamos nos dados do cronograma suprarreproduzido (Imagem 1) e da listagem de presentes na sessão exposta anteriormente, que muitos dos testemunhantes são integrantes da mesma família. Na fala de Priscila Almeida Cunha Arantes, reproduzida a seguir, notamos também algumas marcas reveladoras da existência de relações afetivas e ideológicas entre os testemunhantes. Ao iniciar o seu testemunho, Priscila empregou diversas vezes o elemento lexical *companheiros* para referir os interlocutores presentes, como podemos observar:

Já acalmei. Eu queria agradecer imensamente à Comissão da Verdade por estar aqui e poder *compartilhar com companheiros que provavelmente vivenciaram ou tiveram situações semelhantes a minha, de poder estar aqui com meus familiares, meu irmão querido, minha mãe, meu pai, meus amigos queridos que estão aqui e os outros companheiros* (BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, p. 5, itálico nosso).

A lista de interlocutores que empregou a palavra *companheiros* durante o seminário, no horário matutino, estende-se a Dora Augusta Rodrigues Mukudai, Ivan Seixas, Vivian Mendes, Angêla Telma Lucena, Adilson Lucena e Damaris Oliveira Lucena. Entre outros empregos, o uso

recorrente do termo dialoga com uma possível posição partidária dos interlocutores, uma vez que no campo discursivo<sup>9</sup> da política no Brasil, o uso da palavra *companheiros* movimentava uma rede de significados que aponta para grupos partidários de esquerda. Em grande parte, esse traço histórico do elemento lexical é decorrente de amplo uso por políticos aliados aos tais grupos, os quais em determinados contextos sócio-históricos, representaram lutas por ideais revolucionários. Assim, o emprego desse elemento lexical no seminário suscitou uma característica sociopolítica dos interlocutores, os quais se identificam nos textos de maneira similar e por meio dessa referência se distinguem de outros grupos existentes no cenário político do país.

Por meio dos dizeres supracitados de Priscila Almeida Cunha Arantes, percebemos ainda que membros de sua família e seus amigos integravam o público ouvinte, além de seu irmão, um dos apresentadores. Da mesma forma, observamos uma referência construída pela testemunhante em relação ao propósito ideológico do grupo, o qual permanece "lutando", como podemos observar: "Foi lá então que eu conheci o Ariston, o Guerra, enfim, companheiros que estão vivos hoje, que estão lutando". (BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, 2013, p. 18). Em outros momentos da 40ª Audiência Pública da CVRP, as relações afetivas existentes entre os parceiros da troca foram novamente mencionadas por outros testemunhantes, como exposto nos exemplos:

Gostaria de agradecer o convite e agradecer as pessoas todas que estão aqui. Aline, a namorada, a Juju, o Wagner, a Carolina, o Thiago, enfim, todos os familiares, colegas, algumas pessoas não conhecidas, mas, com certeza que são pessoas sensíveis à causa da luta pela democracia no país (BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, 2013, p. 9).

Bom dia ainda. Parece que não é meio dia. Já é meio dia? Boa tarde a todos. Quero agradecer a oportunidade desse depoimento e o faço na figura do Deputado Adriano. E quero agradecer também a tantos cabelos brancos aqui presentes que eu redescobri como minha família (BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, 2013, p. 24).

Conforme exposto, André Almeida Cunha Arantes nomeou diretamente diversos dos presentes no auditório e expôs sua expectativa de que todos os presentes fossem solidários à causa defendida pelo grupo. De outro modo, Iara Lobo afirmou que redescobriu muitos dos ouvintes presentes como membros de sua família.

---

<sup>9</sup> Consideramos a noção de campo discursivo a partir de Brandão (2012, p. 123), como um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência e se delimitam em uma região determinada de um universo discursivo.

Para Charaudeau (2012, p.52-53), o ato de linguagem não é resultado da intenção única do emissor, pois não se trata de um processo simétrico entre Emissor e Receptor. Na concepção do autor, todo ato de linguagem resulta de um jogo entre implícito e explícito, nasce de circunstâncias de discurso específicas, realiza-se entre os processos de produção e interpretação e é encenado pelo sujeito de fala e pelo sujeito agente. Assim, o ato de linguagem é composto por dois circuitos de produção de saber: o circuito da fala configurada (espaço interno) e o circuito externo à fala configurada. No espaço interno, encontram-se os seres de fala, o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUD), ambos "oriundos de um saber intimamente ligado às representações languageiras das práticas sociais". (CHARAUDEAU, 2012, p. 53). E no espaço externo encontram-se os seres agentes, o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI), instituídos "conforme um saber ligado ao conhecimento da organização do "real" (psicossocial) que sobredetermina estes sujeitos" (CHARAUDEAU, 2012, p. 53).

Destarte, o autor supramencionado distingue uma dupla representação no mundo falado pelos sujeitos especificados no ato de linguagem a partir da esfera em que se encontram. Se considerado em relação ao circuito de fala, esse mundo corresponde a uma representação discursiva. Por outro lado, em relação ao circuito externo, corresponde a uma representação da situação de comunicação. Tratando-se do *Seminário Verdade e Infância Roubada*, o sujeito falante, enquanto ser interno ao ato de linguagem, ao enunciar o seu ponto de vista em relação à ditadura sem implicar o interlocutor em sua tomada de posição, ocupa uma posição de poder. Essa posição de poder não se refere somente à organização institucionalizada do ato de comunicação monologal em forma de seminário, pois está intrínseca à condição de testemunhante do parceiro locutor, enquanto sujeito comunicante. Deste modo, os seus saberes sociais, relacionados à experiência do vivido e sua presença física, enquanto grupo, intensificam seus estatutos de saber.

Todavia, a presença do público ouvinte modificou essa suposta relação de poder. Quando tratamos da percepção que os parceiros da troca comunicativa constroem de si, consideramos também a noção de compreensão responsiva de Bakhtin (2011). De acordo com o filósofo, em uma situação concreta de comunicação existe uma alternância dos sujeitos no discurso, essa alternância não se restringe a uma situação clássica de diálogo, onde a alternância de sujeitos do discurso (falantes) determina os limites do dizer do outro. Logo, esta situação está presente em outros

campos da comunicação discursiva. Nos dizeres do autor, "a natureza dos limites do enunciado é a mesma" (BAKHTIN, 2011, p. 279).

Por tratar o enunciado como um elo na cadeia da comunicação discursiva, determinado por limites precisos da alternância dos sujeitos e vinculado a outros enunciados precedentes, Bakhtin (2011) evidencia uma de suas características inerentes, o direcionamento ou endereçamento. Assim, todo o enunciado tem autor e um destinatário determinado pelo campo de atividade a que ele se refere. Para Bakhtin (2011), ao construir um enunciado, procura-se definir de maneira ativa e antecipá-lo a uma compreensão responsiva que está por vir, fato que exerce ativa influência sobre o enunciado. Nos dizeres do autor:

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias - tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele (BAKHTIN, 2011, p. 302).

Consideramos que a noção de compreensão responsiva, cunhada por Bakhtin (2011), no que concerne à influência dos sujeitos na enunciação, pode ser relacionada à perspectiva de Charaudeau (2012) sobre as relações entre locutor e interlocutor no ambiente da troca comunicativa. O linguista defende que em uma situação dialogal, quando os parceiros estão presentes fisicamente no ambiente da troca comunicativa, o canal de comunicação é oral e o ambiente físico é perceptível pelos interlocutores, o contrato permitirá a troca e o locutor se encontrará em uma situação, na qual poderá perceber imediatamente as reações do interlocutor.

No tocante à posição enunciativa dos interlocutores no Auditório Teotônio Vilela, averiguamos que, embora os parceiros enunciadore estivessem posicionados no centro em relação a interlocutores múltiplos e apesar de que cada um desses sujeitos enunciadore, enquanto membro do grupo de "crianças atingidas pela ditadura" possuísse o estatuto de representante de um saber específico relacionado a essa coletividade, na situação de comunicação engendrada ocorreu uma diluição do poder referente a esse estatuto de saber em voga. Essa hipótese se baseia na análise das marcas da interação efetivada entre os participantes, as quais revelaram que membros do grupo de apresentadore e integrantes do auditório compartilharam memórias coletivas e/ou ideologias. Dessa maneira, constatamos que o ambiente enunciativo do referido seminário foi composto por

vozes diversas. Apesar de os apresentadores desfrutarem da posição de detentores da palavra, em muitos momentos, expandiram os seus dizeres ao público na busca de consentimento e aprovação.

A partir da noção de contrato de Charaudeau (2012), retratamos os supostos papéis comunicativos esperados na situação de comunicação em questão. Os ouvintes esperavam que os testemunhantes revelassem estórias que expusessem negativamente as ações da ditadura e positivamente o comportamento dos militantes, membros de uma família. Por outro lado, os enunciadores esperavam que os ouvintes aprovassem os seus dizeres e os recebessem com solidariedade. Consideradas as relações afetivas e familiares dos parceiros da troca, expostas na similaridade do elemento lexical com que os interlocutores se referiram no cronograma das apresentações, onde verificamos relações de parentesco através dos sobrenomes dos interlocutores e nos trechos de suas falas em que tais relações foram explicitadas, constatamos que os testemunhantes apresentaram as suas memórias para os seus pares, sem a necessidade de atuar visando convencimento. Logo, o contrato estabelecido durante as apresentações seria de consenso e de receptividade. No entanto, os dizeres dos enunciadores estavam cerceados pelos pontos de vista dos ouvintes presentes. Assim, eles deveriam enunciar as suas memórias em consonância com esses pontos de vista, fator que exerce influência direta na estrutura da enunciação.

Localizando especificamente as nossas discussões no espaço externo do ato de linguagem, aventamos que a participação dos testemunhantes no seminário representou um ato social subversivo contra classes apoiadoras do regime militar ou contra os próprios agentes da ditadura. Embora o momento político atual permita o diálogo sobre a ditadura, o embate social entre pontos de vista contrários é contínuo. Todavia, os sentidos construídos por intermédio dos testemunhos enunciados no *Seminário Verdade e Infância Roubada*, os quais podemos considerar como frutos de um embate ideológico, foram substancialmente modificados ao serem transpostos para o discurso escrito, como veremos na sessão seguinte.

### **3. Circuito de comunicação II - Livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil***

Na presente sessão, consideramos o circuito de comunicação referente à produção do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014), tendo como base a sua versão em formato digital disponível na página virtual da CVRP. A presente discussão parte

do pressuposto de que os sentidos dos testemunhos enunciados no *Seminário Verdade e Infância Roubada* foram modificados no momento em que passaram a integrar uma obra literária.

Segundo Bakhtin (2011), em situações da comunicação discursiva imediata são produzidos enunciados primários. Em contrapartida, nas condições de um convívio social mais complexo e organizado, predominantemente o escrito, são produzidos gêneros discursivos secundários. A partir desse suporte, aventamos que a transposição dos testemunhos enunciados oralmente no seminário para a obra escrita representa um anseio por legitimidade no cenário sócio-histórico do país, pois consideramos que um ato comunicativo em forma de seminário se aproxime mais da comunicação imediata, enquanto o livro atribui um caráter mais duradouro aos discursos através dele materializados.

Refletindo acerca da responsabilidade legal da CVRP de realizar as investigações sobre a ditadura, poderíamos considerar que as suas atribuições foram concretizadas a partir da realização do seminário, o qual representaria uma prova suficiente da efetivação de seus trabalhos investigativos. No entanto, a produção do livro representa uma forma de publicizar essas ações e potencializar a sua influência no meio social. Rimstead (2000) estuda a questão da transcrição de histórias orais para o domínio privilegiado da escrita. Em suas palavras: "No caso de histórias orais transcritas, um passo fundamental para a recuperação da memória cultural ocorre no instante em que a palavra oral é transformada em palavra escrita, assim escapando de possível esquecimento". (RIMSTEAD, 2000, p. 277). Para a autora, a transposição que ocorre do meio oral para o escrito pode ser considerada como um gesto cultural "que por si só implica em relações de poder entre o culturalmente dominado e o dominante [...]" (RIMSTEAD, 2000, p. 267). Em seus escritos, ela sugere a importância de leitores de histórias orais transcritas deduzirem o que ocorre nos bastidores entre escritor e contador, para entenderem melhor como a memória cultural é contestada ou retratada no gênero em questão. Em relação ao processo de transcrição do livro sob análise, não consideramos válida a relação entre dominante e dominado proposta pela autora. A ação da CVRP de responsabilizar-se pelos testemunhos no livro através de um tipo de autoria, que denominamos colaborativa, pode ser compreendida como uma parceria e não como uma relação cultural que envolve um dominante e um dominado.

Enfatizamos que os testemunhos do livro tiveram uma transposição bastante literal em relação à enunciação realizada no seminário, uma vez que muitos foram escritos previamente e

lidos no seminário, como o testemunho de Priscila Arantes, por exemplo. Todavia, não obstante ao tipo de transposição privilegiada, marcas próprias de atividades orais foram amenizadas ou apagadas na transposição dos testemunhos para o livro, como vocábulos em desacordo com o padrão ortográfico ou sintático, por exemplo. De modo similar, gestos e comportamentos expressos pelos testemunhantes no seminário não foram considerados na transposição dos testemunhos para o livro. Como indicamos anteriormente, embora o testemunho de Priscila tenha sido escrito previamente e lido no seminário, muitos dizeres e comportamentos que a testemunhante expôs na ocasião não foram materializados no livro. Por exemplo, quando Priscila iniciou a sua apresentação no dia 10 de maio de 2013, mostrou-se emotiva e chorou. Na sequência, realizamos uma comparação entre três versões do trecho inicial do depoimento de Priscila de Almeida Cunha Arantes. A primeira versão está contida no vídeo gravado da 40ª audiência disponível na *Internet*,<sup>10</sup> a partir do qual transcrevemos os seguintes dizeres:

Priscila de Almeida Cunha Arantes: *Então voltando, já acalmei*. Eu queria agradecer imensamente a Comissão da Verdade por a oportunidade *de tá* aqui e poder compartilhar com companheiros que provavelmente vivenciaram ou tiveram situações semelhantes à *minhas*. De poder *tá* aqui com meus familiares, meu irmão querido, minha mãe, meu pai, meus amigos queridos que *tão* aqui e os outros companheiros.

A segunda versão está contida no relatório da 40ª Audiência Pública da CVRP - *Seminário Verdade e Infância Roubada*, produzido pela BK Consultoria e Serviços Ltda. no ano de 2013:

*Já acalmei*. Eu queria agradecer imensamente à Comissão da Verdade *por estar aqui* e poder compartilhar com companheiros que provavelmente vivenciaram ou tiveram situações semelhantes a *minha*. De poder *estar* aqui com meus familiares, meu irmão querido, minha mãe, meu pai, meus amigos queridos que *estão* aqui e os outros companheiros (BK CONSULTORIA E SERVIÇOS, 2013, p.5, itálico nosso).

Já no livro, esse trecho referente à fala da testemunhante no *Seminário Verdade e Infância Roubada* nem mesmo foi reproduzido. Embora as diferenças existentes entre as três versões do trecho da fala da testemunhante não terem modificado severamente o conteúdo dos seus dizeres, possibilitam a construção de efeitos de sentido diversos sobre a imagem do sujeito enunciador. Tais modificações apontadas indicam as influências dos processos mediadores na transcrição de textos orais, além de apontar para as diversidades existentes entre o ato de comunicação realizado por

---

<sup>10</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Bg-WCVwPG4Y>> Acesso em: 20 de março de 2015.

meio do canal oral, no qual o comportamento do falante pode ser percebido pelos interlocutores e o ato de comunicação sob a forma de livro, onde é possível modificar a imagem do sujeito enunciador em razão de propósitos específicos. A atuação dos processos mediadores também pode ser percebida através de marcas de edição presentes em diversos testemunhos dispostos no livro, como exposto no exemplo a seguir:

Eu não tive essa consciência, essa memória que a Telma [*Telma Lucena, irmã adotiva*] tem. [...] Então, realmente, acredito que filhos [de perseguidos, desaparecidos e assassinados pela ditadura] vivenciaram uma dificuldade de adaptação, de identidade, de autoconhecimento (SÃO PAULO, 2014, p. 102, itálico nosso).

Aventamos que os escritos marcados nas citações dispostas acima revelam mais do que uma facilitação ao trabalho do leitor, exibem a presença de outras vozes revestidas nas figuras da CVRP e da ALESP.

A partir de Charaudeau (2012), classificamos a situação concernente ao Circuito de comunicação II como monologal, pois os parceiros da situação não se encontravam presentes fisicamente no mesmo ambiente. Consideramos ainda que o tipo de contrato não permitiu a troca, uma vez que o canal de transmissão empregado foi o gráfico. Com relação ao endereçamento do livro, dividimos este público alvo em dois grupos distintos: Grupo A - Composto por leitores pertencentes ao círculo social e ideológico dos testemunhantes, ou seja, suas famílias, amigos e indivíduos engajados na causa contra a ditadura militar do Brasil, para os quais foi disponibilizado um exemplar do livro, segundo a assessoria da CVRP; Grupo B - Composto por leitores do público em geral, os quais compareceram à cerimônia de lançamento do livro, na qual foi doado um exemplar para todos os presentes, e por leitores que tiveram acesso a ele posteriormente, através da versão digital disponibilizada na página virtual da CVRP.

Apoiados na noção de contrato de Charaudeau (2012), consideramos que em relação à expectativa sobre o livro, o Grupo A, formado por leitores mais próximos sócio-afetivamente dos testemunhantes, esperava ter acesso a histórias que reafirmassem a sua memória coletiva ou posicionamento. Em contrapartida, o Grupo B, formado por indivíduos que poderiam ter acesso ao livro por terem comparecido à sua cerimônia de lançamento ou através da *Internet*, esperava ter acesso à relatos inéditos e surpreendentes. É possível, inclusive, que indivíduos integrantes do Grupo B não compartilhem da mesma ideologia dos sujeitos enunciadorees, sendo favoráveis ao

golpe ou às políticas empregadas no período militar, por exemplo. Assim, diferente do Circuito de comunicação I, onde os locutores enunciavam para os seus pares, sem a necessidade de atuar visando convencimento, a demanda no Circuito de comunicação II enveredou-se na busca por captação. A partir dessa averiguação, estampamos a possibilidade de vislumbrar as modificações efetivadas pelo processo mediador no livro como uma tentativa de conquistar os novos leitores, convencendo-os sobre a credibilidade do livro.

Analisando os dados relativos às características identitárias dos sujeitos enunciadore, de acordo com Charaudeau (2012), expomos a existência de envolvimento afetivo-profissional entre a assessoria da CVRP, integrantes da Coordenação e produção editorial do livro e os testemunhantes. Salientamos ainda que Amelinha Teles, uma das idealizadoras do livro, integra a assessoria da CVRP e, juntamente com a sua família, protagonizou a luta contra a ditadura militar. Logo, o seu testemunho e os testemunhos de seus filhos, Edson Luis de Almeida Teles e Janaina de Almeida Teles, compõem o livro sob análise. Do mesmo modo, Ivan Akseurud Seixas é coordenador da CVRP e também testemunhou juntamente com sua família no livro. Outros testemunhantes do livro ainda podem ser identificados como colaboradores da comissão, a exemplo de Camila Sipahi Pires, que atuou na pesquisa iconográfica e no tratamento das imagens utilizadas. Outra evidência da existência de relações sócio-afetivas entre os testemunhantes reside no fato de que além do livro analisado, outra manifestação da memória coletiva de integrantes do mesmo grupo foi realizada no de 1996, o documentário *15 filhos*.<sup>11</sup>

Os perfis dos testemunhantes, contendo informações sobre ano e local de nascimento, filiação, nível de escolaridade e percurso profissional, foram expostos em nota complementar ao final de cada testemunho. Esta inclusão corrobora com a delineação de suas características identitárias. Analisando os dados sobre o nível de escolaridade expostos nos perfis dos testemunhantes, observamos que de um total de quarenta e cinco testemunhantes, nove possuem pós-graduação nos níveis de mestrado ou doutorado, vinte e um testemunhantes possuem ensino superior, cinco possuem formação em área técnica ou tecnológica e oito não informaram dados precisos sobre a escolaridade.

---

<sup>11</sup> Documentário brasileiro produzido no ano de 1996 sob a direção de Marta Nehring e Maria Oliveira. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=u-Lwh9u7oJl&feature=player\\_embedded](https://www.youtube.com/watch?v=u-Lwh9u7oJl&feature=player_embedded)>. Acesso em: 15 maio 2016.

Em relação aos dados sobre ocupação profissional informados nos perfis, observamos que treze testemunhantes ocupam cargos públicos, dentre professores universitários, servidores com cargos comissionados e cargos estaduais. Vinte e dois trabalham no setor privado, um se encontra desempregado, dois são aposentados e sete não informaram dados precisos sobre a ocupação profissional. A partir dos dados discriminados, aventamos que os testemunhantes integram uma fatia privilegiada do contexto socioeconômico brasileiro, pois, em sua maioria, possuem elevado grau de escolaridade e altos cargos profissionais para esse contexto. Mais de 65% do total de perfis apresentados apontam dados de formação educacional no nível superior e apenas um perfil informou situação de desemprego.

A forma de exposição textual dos perfis dos testemunhantes na obra foi discreta se comparada à exposição dos perfis dos militantes, os primeiros por meio de notas complementares e os segundos como elementos de apoio. No entanto, vislumbramos funções linguísticas e discursivas diferentes para cada exposição. Enquanto os perfis dos testemunhantes delinearão as suas posições socioprofissionais, os perfis dos militantes retrataram as suas trajetórias de luta contra a ditadura, representando na obra um traço histórico e comprobatório.

As relações de sentido que podem ser construídas a partir da associação entre os perfis dos militantes e dos testemunhantes expostos na obra podem influenciar diretamente a delimitação da imagem dos sujeitos enunciadorees pelos leitores. Em uma primeira hipótese, se o leitor associar os dados socioprofissionais expostos nos perfis dos testemunhantes aos dados históricos expostos nos perfis dos militantes, pode vir a conceber o sujeito enunciador (ser social) como um indivíduo crédulo e bem posicionado socialmente, o qual relata as suas memórias baseado em dados históricos, comprovados no livro. Assim, o sujeito interpretante (TU<sub>i</sub>) interpretaria racionalmente os dados expostos no livro, atribuindo uma imagem crédula ao sujeito enunciador (EU<sub>e</sub>). O sujeito comunicante (EU<sub>c</sub>) figuraria, nesse caso, como uma testemunha do real, que possui credibilidade por ter se baseado em dados reais.

Em uma segunda hipótese, o leitor poderia basear-se na imagem infantil construída para o sujeito enunciador verbo-visualmente, através das fotografias de infância e das formas de referência empregadas para identificar os testemunhantes, e julgá-lo a partir das características de ser criança na crença popular. Nesse caso, sua interpretação poderia ser expandida ao domínio emocional, e assim ser solidário à proposta do livro. Essa última hipótese se baseia no fato de que

o conteúdo testemunhal enunciado inicialmente no seminário contou com uma complementação mais acentuada de imagens fotográficas e documentos relativos ao período autoritário ao ser transposto para o livro. Tal apoio documental pode ser relacionado ao fato de que no segundo arranjo comunicativo, materializado pelo discurso escrito, o locutor não poderia perceber imediatamente as reações do interlocutor. Assim, determinadas escolhas efetivadas pela produção editorial seriam exigências do novo canal, pois a comunicação monologal, por não permitir a troca, deve antecipar as possíveis dúvidas ou desconhecimentos do leitor. De todo modo, a antecipação é parte constitutiva de todo processo enunciativo e a diferença reside na urgência dessa antecipação em se tratando da comunicação dialogal.

No livro, as estratégias, as quais julgamos atuar em prol de uma visada por credibilidade e captação, procuraram delinear uma imagem específica para os sujeitos enunciadorees. Todavia, essa construção foi promovida de maneira dual. De um lado, os perfis socioprofissionais dispostos ao final dos testemunhos procuraram atestar a credibilidade dos testemunhantes enquanto adultos escolarizados e profissionais bem sucedidos e de outro, há marcas no livro que apontaram para a construção de uma imagem infantil para os sujeitos enunciadorees. O título principal da obra, alguns dos títulos secundários, parte da iconografia e os dados do contrato, proposto por meio dos elementos pré-textuais, sugerem essa imagem infantil para os sujeitos enunciadorees através de elementos multimodais associados ao universo infantil e da inserção do outro. Esta relação dúbia nos atenta para a medida ficcional<sup>12</sup> no livro, não obstante a sua integração à literatura testemunhal.

Constatamos que a obra em questão pode ser considerada como um coro de vozes independentes em prol de um objetivo social comum, o qual seria testemunhar contra a ditadura militar no Brasil e em favor dos militantes. Primeiramente, pode ser considerada uma miscelânea de vozes, devido à natureza heterogênea de sua produção, pois abarca um grande número de sujeitos que, apesar de estarem referenciando suas memórias a um tema comum, possuem pontos de vista diversos. Em segundo lugar, a autoria colaborativa em que a obra foi produzida agregou a voz da ALESP, na figura da CVRP. Citamos como exemplo os textos escritos nos elementos pré-textuais, pois cada qual representa uma voz diferente e, mesmo que revestida do ponto de vista das

---

<sup>12</sup> Tomamos o conceito de ficcionalidade a partir de Emília Mendes-Lopes (2004). Para a pesquisadora, a ficcionalidade seria a simulação de uma situação possível. Considerando que os testemunhantes são adultos no momento em que enunciam as suas memórias, propomos que, em determinados momentos na obra, a voz da própria “criança” é simulada pelo enunciadoree.

“crianças da ditadura”, elas não são transparentes. Ilustramos ainda, a presença das vozes dos editores, os quais selecionaram as imagens reproduzidas na obra, amenizaram marcas de oralidade reverberadas durante a enunciação inicial dos testemunhantes, esclareceram os dizeres dos testemunhantes para o leitor através de glosas, apresentaram os testemunhantes ao leitor por meio de notas, entre outras questões relacionadas à qualidade estética da obra.

Averiguamos também que a influência do ponto de vista dos militantes foi materializada de outra forma na obra escrita, por exemplo, muitos dos militantes estavam presentes fisicamente no seminário e foram consultados durante as apresentações, de acordo com o Quadro 1. No livro, essa presença se manteve, porém, por intermédio de uma materialização diferente: relatos dos próprios testemunhantes foram reproduzidos no livro como último elemento dos textos um mesmo grupo familiar. A inserção desse elemento surge como forma de validar os dizeres precedentes. As vozes dos militantes, assim como as vozes de outros atores sociais, também foram demarcadas na linearidade dos testemunhos por meio das formas da heterogeneidade enunciativa mostrada.<sup>13</sup>

#### **4. Considerações finais**

Por meio da análise das relações entre a noção de contrato e o tipo genérico da obra foi possível considerá-la como um fruto da esfera de atividade política, integrado à literatura testemunhal, além de refletirmos as características do testemunho enquanto gênero discursivo, com enfoque em suas possibilidades interativas. O vislumbre da obra como produto da literatura testemunhal permitiu a observação das várias vozes que a constituem, incluindo as vozes de seus organizadores, produtores e colaboradores.

Outrossim, discutimos a força do testemunho enquanto gênero para a construção da história de forma mais democrática e pluralizada. Com a análise dos circuitos de comunicação, os quais propiciaram a materialização do livro analisado, observamos a delineação de um ato comunicativo consensual e coletivizado em vários níveis, a exemplo da diluição do estatuto de saber destinado

---

<sup>13</sup> Segundo Authier-Revuz (2004), as formas da heterogeneidade mostrada são perceptíveis no fio do discurso através de formas linguísticas por meio das quais um locutor único inscreve materialmente o outro na linearidade do seu discurso

aos testemunhantes, os quais enunciaram cerceados pela presença de seus pares no Circuito de comunicação I.

Por fim, na análise do Circuito de comunicação II, relativo à produção do livro analisado, demos enfoque ao processo de transcrição de textos orais para textos escritos, observando as modificações impostas aos testemunhos para sua apresentação ao público na forma de livro. Assim, vislumbramos que o segundo arranjo comunicativo propiciou a delimitação de uma imagem dual aos sujeitos enunciantes, ou seja, enquanto crianças e como cidadãos bem sucedidos. Para além, na exploração do segundo circuito comunicativo, observamos a existência de estratégias de opacificação das vozes dos atores sociais envolvidos na composição do livro.

## Referências

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. *Relatório da 40ª Audiência Pública: Seminário Verdade e Infância Roubada*. São Paulo, 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qDZERamOUXYJ:verdadeaberta.org/upload/10.5.13%2520%2520COMISS%25C3%2583O%2520DA%2520VERDADE.docx+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 27 jan. 2016.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. Tradução: Angela S. M. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. Tradução: Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

DUTILLEUX, C. *Passagens de Testemunhos na América Latina: (Che Guevara, Rigoberta Menchú e Nunca más)*. 2011. 130 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução: Maria Cecília P. de Souza -e- Silva; Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MENDES–LOPES, E. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. 2004. 267 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PEREIRA, A. W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

RANDALL, M. Que es, y como se hace un testimonio? In: BEVERLEY, J; ACHUGAR, H. (Orgs). *La voz del otro*. 2. ed. Guatemala: Ediciones Papiro, 2002, p. 33-37.

RIMSTEAD, R. Histórias orais como *locus* de resistência. In: PETERSON, M; NEIS, I. A. (Orgs). *As armas do texto: a literatura e a resistência*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p. 264-296.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Infância Roubada Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

YÚDICE, G. Testimonio y concientización. In: BEVERLEY, J; ACHUGAR, H. (Orgs). *La voz del otro*. 2. ed. Guatemala: Ediciones Papiro, 2002, p. 221-242.

*Recebido em 11.12.2016*  
*Aprovado em 09.01.2017*